



ESTRATÉGIAS PARTIDÁRIAS E PERFIL SOCIAL DOS VEREADORES DO RIO DE JANEIRO: ENTRE O SER E O QUERER SER

Philippe Chaves Guedon¹

Resumo

O artigo investiga a representação da Câmara dos Vereadores da cidade do Rio de Janeiro, a partir das lógicas de recrutamento e de análise de variáveis sociais. Neste campo de estudo, é possível observar a sobrerrepresentação de categorias ocupacionais e estímulos diferenciados a determinados perfis, de maneira a aumentar as suas chances de disputa. Assim, o trabalho testa hipóteses, a partir das informações entregues ao Tribunal Superior Eleitoral pelos candidatos, sobre as diferenças de sucesso entre perfil social e ocupacional, gasto em campanha e patrimônio, para as disputas locais ao cargo de vereador nas eleições de 2012 e 2016. Permite, com isso, preencher a lacuna que se faz presente de análises locais sobre recrutamento e, também, corroborar a argumentação de que os cargos eletivos são mais afeitos a determinados segmentos populacionais privilegiados.

Palavras-chave

Recrutamento partidário;
Representação política;
Partidos;
Representação local;
Câmara dos Vereadores.

PARTIES STRATEGIES AND SOCIAL PROFILES OF THE COUNCILORS OF RIO DE JANEIRO

Abstract

The article investigates the representation of the Council of Rio de Janeiro, using as a starting point the logic of recruitment and the analysis of social profiles. To do this, a dialog with national literature that talks about the over-representation of occupational categories and differential incentives to certain profiles in a way that increases the chances of this figure in a dispute. Following this, the article tests the hypotheses, using as material information given by the candidates present in the Tribunal Superior Eleitoral, about the differences of success between social profile and occupational, spent in campaign and patrimony. This permits us to fill up a gap that is present in local analysis about recruitment and also reinforce the argument that elective positions are more likely to happen to determined privileged population

Keywords

*Political recruitment;
Political representation;
Parties;
Local representation;
Municipal Council.*

¹ Mestrando em História, Política e Bens Culturais no PPHPB/CPDOC/FGV. Bolsista de Mestrado da CAPES/CNPQ. Bacharel em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: philippe.guedon@fgv.br

segments.

Introdução

O presente trabalho busca identificar a relação das variáveis do perfil dos candidatos sobre o sucesso eleitoral dos vereadores na cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2012 e 2016. Dessa maneira, discute-se a representação de categorias sociocupacionais e de gênero, a partir da relação com os gastos de campanha e patrimônio, fundamentalmente.

A literatura sobre o tema afirma que há, por parte dos partidos, uma ação que privilegie determinados perfis e os sobrerrepresente em detrimento de outros (Costa, Bolegnesi e Codato, 2015; Perissinoto e Miriade, 2009). Outros apontam que determinadas características são mais afeitas a articular recursos simbólicos e materiais na disputa pelo voto do eleitor (Cervi, Costa, Codato e Perissinoto, 2015 e Silva e Silva, 2015).

De maneira a não suprimir essas duas questões fundamentais do recrutamento partidário, o presente artigo contará com uma reflexão da literatura acerca dos estudos sobre as organizações partidárias e o processo de escolha. Em segundo momento, discute-se sobre os resultados dessa seleção, no sentido de identificar os perfis dos candidatos e dos eleitos.

Após a revisão da literatura, serão feitas análises sobre os dados das eleições no Rio de Janeiro, a fim de dialogar os achados locais com os resultados encontrados em outros planos, tais como a legislatura federal, quanto a estadual, privilegiados pela literatura.

Os resultados encontrados estão dispostos em quatro eixos: análise sociocupacional dos candidatos e eleitos; peso do financiamento de campanha e patrimônio para o sucesso eleitoral; discussão do êxito feminino e, por fim, as características gerais da amostra estudada. Dessa maneira, pretende-se observar de maneira ampliada quais as características são privilegiadas pelos *selectorates* e pelos eleitores, ilustrando o cenário de representação local.

1. Os partidos brasileiros e os estudos de recrutamento

Os dados do Latinobarômetro 2015² registram a insatisfação com os partidos brasileiros. Mais de 51% dos respondentes afirmam que não possuem nenhuma confiança nos partidos políticos. Em levantamento recente do Datafolha, como atestam Martins Jr. *et al.* (2016), 71% dos eleitores brasileiros não tem preferência partidária. Além dessa visão do senso comum, os diagnósticos traçados, principalmente na década de 90,

² Latinobarômetro é o resultado de um survey aplicado na América Latina. Para maiores informações, acessar: <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.

ilustravam um cenário catastrófico de combinação das regras eleitorais e do sistema partidários: o sistema proporcional com lista aberta e o multipartidarismo trariam consequências à democracia, como a falta de governabilidade e déficit na qualidade de representação (Mainwaring, 1991; Ames, 2003). Essa visão teórica toma uma posição um tanto crítica quanto à institucionalização partidária brasileira.

O diagnóstico dos autores é de que os partidos brasileiros são frágeis, seja do ponto de vista do controle sobre o representante, das regras eleitorais, da ação parlamentar ou da identificação de preferências. No entanto, a recente literatura, principalmente a produzida em território nacional, aponta para a mitigação ou enfrentamento dessas questões.

Na arena legislativa-parlamentar, os trabalhos de Figueiredo e Limongi (1999) e Santos (1999) demonstram de que forma a estruturação dos trabalhos legislativos favorecem o fortalecimento partidário, em detrimento dos incentivos atomistas que as regras eleitorais trariam ao sistema brasileiro (Mainwaring, 1991). Questionando a visão sobre preferências, Martins Jr. (2009) afirma que, além da força que apresentam na arena legislativa, os partidos conseguem arregimentar preferências e produzir padrões diferentes de interação com o eleitor, conformando identidades próprias fundamentais na decisão do voto.

A despeito da concentração de estudos acerca do comportamento dos partidos, Braga (2008) argumenta que pouca atenção foi dada aos partidos enquanto organizações. Esses estudos são fundamentais para compreender as dinâmicas internas dos partidos, com suas peculiaridades formativas e suas orientações de ação.

Os estudos dos partidos a partir das tramas organizacionais possibilitam observar as áreas de controle de influência e participação das lideranças políticas e, também, dos próprios filiados. Assim, é também a partir dessa lente que é possível discordar das análises que diminuem a força dos partidos enquanto estruturantes da vida política moderna, inclusive a nacional.

2.1. O processo de recrutamento no interior dos estudos partidários

No escopo desse trabalho, será tratado exclusivamente do processo de recrutamento dos partidos políticos, que é, segundo Katz e Mair (1997), uma das principais funções dos partidos, sendo possivelmente a mais importante dentro de uma democracia representativa.

Bolognesi (2009) afirma que a discussão em torno dos conceitos de recrutamento político, partidário, legislativo e também o próprio processo de seleção de candidatos conformam o campo de estudos de formação ou recrutamento de elites políticas. Para isso, o estudo de recrutamento preocupa-se em identificar o processo institucional pelo qual o indivíduo interessado em participar da política precisa passar para poder disputar um cargo eletivo público. Apenas alguns, dentro de um universo de interessados,

conseguem chegar à disputa pelos postos de comando. (Czudonowski, 1975; Prewit, 1970)

As variáveis que importam nesse jogo de interesses são, sobretudo, econômicas, sociais e políticas. Nesses postos institucionalizados de competição, as socializações empreendidas, bem como os tipos de capitais que articulam (Bourdieu, 1998) são determinantes para o ingresso no campo político. No entanto, também influenciam as regras institucionais dos países, que determinam a forma da própria competição (Norris, 2005).

No Brasil, as regras internas aos partidos são definidas pelos próprios, a partir de diretrizes mínimas reguladas pelo Estado. Os partidos são monopolistas da competição política institucional, no sentido de que apenas eles podem montar nominatas e competir pelo voto do eleitor. Recebem também incentivos financeiros governamentais, como o fundo partidário e o tempo de exposição no Horário Político Eleitoral Gratuito (HPEG).

Por essas razões, os partidos conseguem manter o domínio da oferta da representação. Cervi, Costa, Codato e Perissinoto (2015) identificam os perfis que os partidos brasileiros selecionam e incentivam e, que ao final, são efetivamente sobrerrepresentados no perfil de eleitos: os políticos profissionais, empresários e profissionais liberais são privilegiados³. Nesse artigo, asseguram que a ocupação, bem como os bens e os recursos de campanha influenciam, decisivamente, no sucesso do candidato.

Braga, Veiga e Miríade (2009) observam que existem disparidades de estímulo, em recursos, para os candidatos da lista. No sistema eleitoral de lista aberta o ordenamento cabe ao eleitor, em claro contraste com o ordenamento partidário, quando em sistema de lista fechada. No entanto, os recursos empreendidos, pelo partido, em determinadas candidaturas conseguem instituir, a partir da distribuição desigual, uma organização informal das listas partidárias, uma vez que maior tempo de exposição na mídia, assim como maior recurso financeiro para a campanha aumentariam as chances de eleição de um candidato, hipóteses já testadas empiricamente por Borba (2005) e Cervi (2012), respectivamente.

Nessa leitura, Santos (1997) busca entender as carreiras políticas à luz da organização partidária. As variáveis sociais postas, como ocupação, renda, vida extra-partidária e vínculos, de maneira geral, condicionariam o indivíduo a uma entrada diferente no jogo político. Aqueles que possuem uma trajetória alheia ao partido político seriam os que entrariam no jogo pelo recrutamento lateral; enquanto aqueles que compunham a vida partidária, trariam consigo a endogenia do processo de recrutamento, reforçando a importância das trajetórias na conformação da ação política.

³ As categorizações são feitas a partir dos dados disponibilizados pelo TSE. Estes candidatos são privilegiados pelos partidos porque contam com os maiores patrimônios e recursos para a campanha.

Do mesmo modo faz Bolognesi (2013), quando parte do referencial teórico de Hazan e Rahat (2010), e questiona quatro dimensões do processo de seleção das candidaturas. A primeira delas é composta por quem pode ser candidato, que são as regras formais e informais que os partidos colocam aos possíveis candidatos para homologação das candidaturas. A segunda questiona quem escolhe os candidatos, que é o perfil do *selectorate*. A terceira e a quarta estão relacionadas: versam sobre a descentralização ou centralização da organização partidária e, assim, a forma como os candidatos são escolhidos. Partindo dessa teoria, realiza 120 questionários com quatro partidos com aspirantes a deputado federal e observa que os processos institucionais variam de partido para partido, bem como predominam a indicação como forma de seleção.

Braga (2008) e Álvares (2006) em seus estudos do processo de formação das listas partidárias - o fim da seleção interna do partido -, analisam os perfis de dois grupos sociais: o dos candidatos e dos eleitos. Os resultados indicam que os princípios de representação são elitistas. As estruturas organizacionais dos partidos repeliriam determinados perfis de indivíduos, premiando aqueles que conseguiriam atingir maior êxito na disputa eleitoral; confirmando as estruturas econômicas, sociais e políticas dominantes. Costa, Bolognesi e Codato (2015) afirmam em estudo que até mesmo o Partido dos Trabalhadores, que tinha em suas listas expressiva quantidade de trabalhadores assalariados alterou sua estratégia. A razão, para os autores, é a eleição cada vez mais relacionada à arrecadação financeira e a carreira política dos incumbentes.

2.2 Renda, patrimônio, ocupação e posição social: variáveis explicativas sobre eleições

A seção anterior discutiu a literatura que versa sobre os processos pelos quais os aspirantes são submetidos. Nessa, será discutido o produto dessas relações, ou seja, o perfil dos escolhidos pelos partidos e posteriormente pelos eleitores. Para corroborar com essa reflexão, Perissinotto e Miriade (2009) afirmam que:

“Se as regras do jogo são importantes, os jogadores também o são. Partindo-se desse pressuposto, um estudo sobre o processo de recrutamento das elites políticas poderia contribuir para o funcionamento da poliarquia brasileira” (Perissinotto e Miriade, 2009, p302)

Dessa maneira, o objetivo deste tipo de análise é identificar se existe algum tipo de perfil que é priorizado nas listas partidárias e, também, na conquista das cadeiras legislativas. Em primeiro momento, os estudos nacionais centraram no perfil daqueles que chegaram lá. Santos (1997) é um dos marcos da produção nacional, pois compara o perfil da representação de dois ciclos democráticos, 1946-1962 e 1986-1994. A pergunta que permeia o seu estudo é se havia um campo político constituído no Brasil, no qual

requereria tipos de relações e socializações específicas, em detrimento da ação de outsiders. A resposta que chega, contudo, é de que a estrutura brasileira premiou, nesses períodos, indivíduos “dotados de escassa experiência pública e precários vínculos partidários” (p.10). Representam, segundo o autor, uma erosão intra-elite.

Apesar da conclusão, o autor já identifica perfis mais afeitos à prática legislativa. Em diálogo com Weber (1994), afirma que existem ocupações que, no dia a dia, produzem elementos que são úteis para o lançamento da candidatura e para o seu sucesso. No caso dos advogados, diz que a familiaridade com a retórica, com a linguagem política, o capital de relações firmadas a partir das relações de serviço e a facilidade de entendimento de leis constituem sua proximidade. No caso dos funcionários públicos, apesar do entendimento das questões do Estado, a participação no Brasil diferiria da lógica weberiana. Isso ocorre porque Weber afirma que o Estado deve ser impessoal e, por isso, a burocracia não deveria participar da política partidária. No entanto, no Brasil, Santos comenta sobre a especificidade de formação nacional, no sentido de que as relações entre o público e o privado não constituiriam uma lógica pura legal weberiana.

Também nesse texto, Santos (1997) inicia a discussão sobre a diferença de perfis em relação aos partidos. Segundo ele, há diferenciação de perfil e de trajetória de carreira a depender do espectro ideológico que pertence o candidato. Rodrigues (2002) caminha no mesmo sentido, para ele, os partidos brasileiros não são um conjunto indiferenciado e isso pode ser visto no perfil social dos recrutados.

O autor empreende em seu estudo uma análise do perfil dos deputados eleitos para início em 1988, considerando os maiores partidos nacionais⁴. Em resultado, encontra os profissionais liberais e os membros das atividades empresariais como os maiores níveis de representação (56%). Desagregando por partidos, o autor observa que existem padrões de recrutamento preferencial em torno das origens ideológicas e das siglas. Afirma que o recrutamento é variado em relação as categorias ocupacionais, mas isso não exclui que alguns grupos são sobrerrepresentados em todas as bancadas.

O recrutamento preferencial demonstra, por exemplo, que indo para a esquerda do espectro ideológico encontram-se mais profissionais da educação e participantes do movimento sindical, enquanto para a direita encaminham se, principalmente, setores da área produtiva e empresarial.

Rodrigues (2002) observa na declaração de patrimônio entregues na receita federal outro indicador de diferenciação entre os candidatos, os perfis e os partidos. Segundo ele, conforme se vai da direita para a esquerda, aumentam se os percentuais de parlamentares com faixas patrimoniais mais elevadas. Em conclusão, afirma que tanto a estratificação social quanto financeira demonstra que o sistema partidário

⁴ Os maiores partidos brasileiros de 1998, PPB, PFL, PMDB, PSDB, PDT e PT, compunham 84% da Câmara dos Deputados.

possui alguma consistência em torno da representatividade, em oposição à literatura majoritária no início dos anos 90. (Ames, 1995; Mainwaring, 1991)

Em artigo posterior, confirma essa lógica comparando três países da América do Sul Brasil, Chile e Uruguai. A despeito das diferenças institucionais entre os países no que diz respeito ao sistema eleitoral e partidário, Santos e Serna (2007) afirmam que todos possuem multipartidarismo, são pluralistas em termos de competição, possuem partidos que são os representantes da mediação de interesses e a dimensão esquerda-direita é explicativa. O principal eixo que une os três casos é o momento de análise que empreende, uma vez que é o momento em que esses países têm a ascensão de políticos de esquerda no executivo. Segundo os autores:

“Analisar as posições sociais originárias dos políticos contribui tanto para esclarecer as bases sociais de recrutamento de dirigentes dos partidos e da classe política, como para fazer uma aproximação das relações entre a representação política e a representação de grupos e categorias sociais” (Santos e Serna, 2007, p95).

Para tal, divide as ocupações dos representantes em cinco perfis, quais sejam profissionais liberais tradicionais, profissionais ligados ao ensino e as áreas humanas e sociais, organização do capital e da produção, funcionalismo público e classes trabalhadoras. Apesar de registrar que as cinco categorias apenas são um esforço analítico de agregação, observa sobreposição expressiva dos profissionais liberais, com representação de 42%. A classe trabalhadora, por outro lado, possui apenas 7% de representação. Rodrigues (2002) afirma que existem ocupações que participam da representação de maneira mais forte e, assim, são representadas por questões inerentes da profissão, como tempo flexível, os capitais que a circulam ou a proximidade com a atividade estatal ou legislativa, por exemplo.

No seguinte passo, Santos e Serna (2006) buscam encontrar nas categorias ideológicas explicação para as carreiras políticas. Depois de identificar tempo de filiação e tempo de lançamento de candidaturas, os autores concluem que os partidos de esquerda são mais inclusivos em termos ocupacionais, pelo fato dos candidatos desprovidos de recursos sociais e materiais compensarem essa falta com a organização partidária, com os posicionamentos, as bandeiras, a lealdade e, assim, formando uma estrutura de carreira mais endógena. Isso explica também o fato de que nos partidos de esquerda a participação em associações coletivas é mais frequente.

Perissinotto e Miriade (2009) afirmam que, apesar das contribuições de Santos (1997) e Rodrigues (2002), os resultados não conseguem explicar o processo de recrutamento. Segundo os autores, é preciso que os eleitos sejam apenas um perfil a ser analisado em comparação com perfil candidatos. Desse modo, podem ser observadas tendências do filtro, a fim de explicar se ele é anterior ao momento da eleição ou se a sobrerrepresentação é apenas no ato do voto.

Os seus achados sobre o perfil, no entanto, corroboram com Rodrigues, principalmente, ao encontrar indivíduos com posição social mais elevada principalmente nos partidos de direita, em contraposição a composição mais democrática dos partidos de esquerda. Afirma que, apesar dos dados serem apenas para 2006, as tendências mantêm-se.

Também em consonância com Rodrigues (2002), afirma que é possível utilizar os perfis como método de diferenciação dos grupos partidários. Observa que há maior concentração de advogados, por exemplo, nos partidos de direita e no centro. Afirma, contudo, que já no momento da formação da lista essa categoria é sobrerrepresentada.

Outra categoria que possui descompasso entre a existência do grupo na sociedade e os percentuais de lançamento é a de políticos profissionais. Se Santos (1997) argumenta que os políticos profissionais perdiam espaço para outsiders, Perissinotto e Miriade (2009) afirmam que a institucionalização dos partidos brasileiros fez com que houvesse necessidade de maior profissionalização dos candidatos. Assim, os políticos de profissão possuem vantagens na luta por um cargo frente a um indivíduo que divida sua vida entre a atividade política e a profissional.

Segundo os autores, a profissionalização ocorre tanto nos partidos de direita quanto nos partidos de esquerda. No entanto, ela é mais intensa nos partidos de esquerda, isso porque, como demonstram Santos e Serna (2009), os candidatos com mais baixos capitais (Bourdieu, 1989) tendem a compensar esse déficit com estratégias de carreiras endógenas, majoritariamente na esquerda.

Se as categorias pessoais importam e explicam, Perissinotto e Miriade (2009) buscam ir além e testam se a variável de gastos de campanha é significativa para explicar o sucesso eleitoral. No entanto, em oposição a Samuels (2000), afirma que, pelo menos para a eleição de 2006, a qual analisa, não foi significativa. A ideia do norte-americano, por outro lado, é de que entre o sucesso eleitoral e o fracasso muito poderia ser explicado pelo financiamento de campanha.

Cervi, Costa, Codato e Perissinotto (2015) buscam dialogar com as noções de recrutamento trazidas até então. Neste artigo, congregam variáveis como ocupação, financiamento e partido, a fim de ilustrar as variáveis que condicionaram as eleições de 2010 para os cargos do legislativo federal. No que tange as ocupações, corroboram a recente literatura que versa sobre a preponderância dos políticos profissionais sobre as demais ocupações. Além disso, estar dentro de um partido grande também aumenta as chances de conseguir uma cadeira. Na união dessas variáveis há uma dupla justificação: os grandes partidos buscariam esses políticos profissionais; ou até mesmo os políticos profissionais, sabendo do desempenho eleitoral dos grandes partidos, tenderiam a aproximar deles. Em relação ao financiamento, concluem que a distribuição de recursos não é aleatória e, dessa maneira, tendem a reforçar esse quadro de profissionalização e concentração de recursos.

Diante desse quadro da literatura nacional, que o presente trabalho visa observar as dinâmicas em relação à política municipal e as eleições para vereadores. Isso se deve ao fato de que os estudos produzidos concentram em candidaturas para deputados federais (Cervi, Codato e Perissinoto, 2015; Bolognesi 2013) e deputados estaduais (Braga, 2008 e Bolognesi, 2009).

Dessa maneira, o artigo preenche a lacuna de conhecimento sobre o perfil da representação da vereança local e também sobre as estratégias partidárias que permitem privilegiar perfis e, assim, influenciar no processo de escolha do eleitor. Diante desse quadro, o artigo busca testar (i) se os partidos privilegiam determinados perfis ocupacionais no recrutamento; (ii) se o financiamento de campanha e o patrimônio dos candidatos importam no sucesso; (iii) se o processo de recrutamento é diferencial entre os blocos ideológicos. De maneira geral, busca mapear o processo de seleção de candidatos e de representação.

O método empregado para verificar as hipóteses é de identificar através de testes estatísticos a relação entre as variáveis explicativas do sucesso eleitoral. Os dados utilizados foram extraídos no Repositório de dados do Tribunal Superior Eleitoral para os dois anos analisados (2012-2016). Os dados utilizados nas análises serão: ocupação, situação de eleição, patrimônio⁵, gasto em campanha, partido, sexo e ideologia.

A variável ocupação foi recodificada a partir das próprias declarações dos candidatos em nove categorias: político, profissional liberal/intelectual, magistério, funcionário público, empresário/comerciante, trabalhador urbano, eclesiástico, aposentado e outros⁶. Essas categorizações derivaram, sobretudo, das definições de Cervi, Costa, Codato e Perissinoto (2015), a fim de permitir comparações.

A categoria ideologia foi recodificada apenas como mais uma variável explicativa possível sobre as aproximações entre recursos simbólicos e materiais para o sucesso eleitoral. Não se pretende discutir as classificações ideológicas, tal como fazem Tarouco e Madeira (2009), Figueiredo e Limongi (1999). Opta-se por utilizar o mesmo padrão ideológico identificado por Silva e Silva (2015), uma vez que é um dos poucos estudos que partem da realidade subnacional para entender o processo de representação. A distribuição segue o seguinte padrão:

⁵ Não há, no escopo deste trabalho, discussão sobre o patrimônio real dos candidatos. Os valores analisados correspondem as valores registrados no momento de apresentação da candidatura ao TSE.

⁶ A categoria outros é uma definição do próprio TSE para as declarações de ocupação que não constam em seu banco, que nas eleições de 2012-2016 conta com 164 categorias.

Quadro 1 - Composição ideológica dos partidos

	Ideologia			
	Esquerda	Centro	Direita	Indefinidos
Partidos	PCdoB	PMDB	DEM	PEN
	PCB	PPS	NOVO	PHS
	PCO	PSB	PP	PMB
	PDT	PSDB	PR	PMN
	PPL	PV	PRB	PROS
	PSOL	REDE	PSC	PRP
	PT	SD	PSD	PRTB
	PSTU	--	PSDC	PSL
	--	--	PTB	PTdoB
	--	--	--	PTC
	--	--	--	PTN

Elaboração do autor, com referência a Silva e Silva (2015).

A escolha desses dois anos de análise se deu pela comparação de dois momentos distintos das estruturas que delineavam o campo político em torno da competição eleitoral. A especificidade do ano de 2016 se dá a partir da mudança das regras eleitorais e das legislações acerca do financiamento e campanha eleitoral. Em 2015, após decisão do Superior Tribunal Federal foram proibidas as doações empresarias a candidatos no período eleitoral. Além disso, houve mudança no sistema eleitoral ao buscar conter os candidatos “puxadores de voto”, com o estabelecimento do mínimo de 10% do quociente eleitoral para a conquista de uma cadeira no legislativo⁷.

Em síntese, trabalha-se com testes qui-quadrados com resíduos padronizados para observar a representação de categorias ocupacionais, a razão da mediana dos gastos de campanha para ilustrar as diferenças e diferenças entre médias para observar, também, gastos de campanha e valor de patrimônios. No mais, apenas são utilizadas medidas descritivas, de caráter não explicativo.

3. O que explica a eleição: Ocupação

A sociologia das profissões indica que existem, há muito, determinadas ocupações com determinados saberes especializados que poderiam ser mais afeito a prática política institucional. É o caso de Weber (1999), que indica a proximidade entre o saber jurídico e a prática legislativa, por exemplo. Os advogados, nesse sentido, seriam privilegiados na disputa dos cargos eletivos, do mesmo modo que os funcionários públicos, que já conhecem as rotinas de Estado.

⁷ Além dessas mudanças, a lei 13.165/2015 traça novas regras de exposição das candidaturas a partir do Horário Eleitoral Gratuito. Nesse momento, foram diminuídos o tempo de campanha eleitoral e as inserções em bloco⁷, ao passo que aumentaram as exibições em spots, que são aparições de 15 a 30 segundos ao longo do dia. Modificou-se, portanto, também as relações de exposição dos candidatos.

No entanto, Oliveira (2011) afirma que a nova literatura da área questiona o que antes era assumido como essência dos grupos profissionais e buscam identificar a existência de fronteiras entre a política e as profissões. É nesse sentido que caminha o estudo de Cervi, Costa, Codato e Perissinoto (2015), ao observarem a composição sociocupacional dos vereadores.

A análise carioca, como se demonstra, reforça a predominância dos políticos profissionais como um grupo ocupacional nos eleitos, mesmo que tenham número reduzido se lançados, se comparados a outros grupos.⁸

Tabela 2 - Ocupação: teste qui-quadrado com resíduos padronizados (2012)

2012	Não eleito		Eleito	
	%	Res.Pad	%	Res.Pad
Trabalhador urbano	99,8	0,6	0,3	-3,3
Empresário/comerciante	98,5	0,3	1,5	-1,4
Profissional liberal/intelectual	95,2	-0,3	4,8	1,6
Funcionário público	97,1	0	2,9	-0,2
Magistério	97,8	0,1	2,2	-0,5
Eclesiástico	100	0,1	0	-0,4
Aposentado	100	0,2	0	-1,3
Político	37,1	-3,6	62,9	19,8
Outros	99,1	0,4	0,9	-2,3

Elaboração do autor (Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - 2012)

Tabela 3 - Ocupação teste qui-quadrado com resíduos padronizado (2016)

2016	Não eleito		Eleito	
	%	Res.Pad	%	Res.Pad
Trabalhador urbano	99,5	0,6	0,5	-3
Empresário/comerciante	98	0,2	2	-1
Profissional liberal/intelectual	96,4	0	3,6	0,2
Funcionário público	98,7	0,3	1,3	-1,4
Magistério	97	0	3	-0,2
Eclesiástico	100	0,1	0	-0,3
Aposentado	98,6	0,2	1,4	-0,9
Político	37,2	-4	62,8	21,2
Outros	98,9	0,4	1,1	-2,3

Elaboração do autor (Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - 2016)

⁸ Nessa análise foi empregado o cruzamento entre duas variáveis (ocupação e situação). Para conferir assertividade, foi feito um teste qui-quadrado. Os resíduos padronizados, como explicam Cervi, Costa, Codato e Perissinoto (2015), indicam a força da relação entre categorias de variáveis analisadas. O número de referência de análise é o de 1,96, que indica o limite crítico. Se acima desse valor, indica uma associação positiva entre as variáveis. Se negativa, também acima de 1,96, indicam associação negativa.

Em primeiro lugar, cumpre assinalar que o exame do qui-quadrado indicou significância de 0,000 em ambos os casos, indicando, portanto, relação entre as variáveis analisadas, quais sejam ocupação do candidato e êxito na disputa eleitoral.

Observando em perspectiva a composição da Câmara Municipal não alterou substancialmente em diversidade ocupacional. Nota-se que os candidatos que se autodeclararam políticos foram os mais bem sucedidos eleitoralmente, uma vez que em ambas as legislaturas mais de 60% dos candidatos desse perfil foram eleitos. Com resíduo padronizado de -3,6 para os políticos não eleitos (2012) demonstra-se que encontramos menos do que esperaríamos encontrar, caso a distribuição fosse igual entre as duas categorias.

Por outro lado, para os trabalhadores urbanos eleitos, os resíduos de -3,3 (2012) e -3 (2016) indicam que temos menos trabalhadores eleitos do que esperaríamos se a distribuição fosse normal. Os trabalhadores são, assim como os eclesiásticos e aposentados os grupos de menor sucesso eleitoral, constando sua grande parte da composição distribuída entre os não-eleitos. As outras categorias ocupacionais não demonstram valores acima do limite crítico de 1,96, em sua maior parte.⁹

Os resultados dialogam com a literatura, ao observar a profissionalização do campo político. Os padrões de interação empreendidos, o tempo dispendido em atividades políticas e as atividades que exercem fazem parte desse campo. No entanto, é preciso observar que, dentro de um cenário competitivo, os recursos empreendidos na campanha possibilitam aumentar as chances da conquista do cargo (Cervi, 2012).

Para demonstrar a disparidade de recursos entre os eleitos e os não-eleitos recorreremos ao cálculo da razão da mediana¹⁰ dos eleitos sobre os não eleitos. Em primeiro lugar, é interessante notar que todas as razões foram acima (ou igual) a um, ou seja, todos os gastos medianos de campanha dos eleitos foram iguais ou maiores dos que os gastos dos não eleitos. Além disso, é possível encontrar maiores disparidades em categorias ocupacionais com menor representação na Câmara, que é resultado da necessidade de compensar, com recursos financeiros, os atributos que não lhe são de origem, como prestígio profissional, amplas redes de contatos, flexibilidade de horário e outras características que a literatura aponta como características dos funcionários públicos e políticos profissionais, por exemplo. (Rodrigues, 2002)

No entanto, a pouca quantidade de casos da maior parte das categorias ocupacionais apenas reflete a sobrerrepresentação daqueles que a literatura aponta como privilegiados, como funcionários públicos e políticos profissionais. São também essas categorias que possuem a menor disparidade entre políticos profissionais e

⁹ É possível observar valor acima do limite crítico na categoria "outros", para os eleitos (2012-2016). No entanto, não será possível comentários assertivos, uma vez que a categoria, pela sua natureza, não discrimina a sua própria composição.

¹⁰ A escolha da mediana em detrimento da média mostrou-se eficaz no sentido de minorar os efeitos dos *outliers*. Se os resultados forem acima de 1, indicam que os eleitos possuem gastos maiores do que os não eleitos. Se os resultados estiverem entre 0,0 e 0,99 indicam que os não eleitos possuem gastos maiores.

funcionários públicos. Em ambos os casos, tanto nos eleitos quanto nos não-eleitos, o gasto é consideravelmente alto. O gasto mediano dos políticos profissionais eleitos foi de mais de 250.000 (2012) e 120.000 (2016); enquanto nos funcionários públicos foi de mais de 76.000 (2012) e apenas mais de 5.000 (2016).

A título de observação, os dados de 2016 devem ser observados à luz da conjuntura. A observação mais clara é a diminuição dos gastos de campanha. Em seis categorias ocupacionais o gasto mediano, dos eleitos, diminuiu (os empresários/comerciantes, profissionais liberais/intelectuais, funcionários públicos, magistério, político e outros). Apenas os trabalhadores urbanos tiveram aumento, porém, esse aumento não pode ser indicação de um padrão, uma vez que apenas são dois casos em 2016.¹¹

Tabela 4 - Razão da mediana dos gastos dos eleitos pelos não eleitos¹²

	Mediana eleitos/não eleitos	
	2012 (n)*	2016 (n)
Magistério	181 (2)	246 (2)
Profissional liberal/intelectual	173 (15)	112 (9)
Trabalhador urbano	93 (1)	663 (2)
Empresário/Comerciante	75 (3)	166 (4)
Outros	72 (3)	147 (4)
Funcionário público	36 (5)	4 (2)
Político	2 (22)	1 (27)
Eclesiástico	- (0)	- (0)
Aposentado	- (0)	95 (1)

Elaboração do autor a partir das declarações registradas no TSE (Dados referentes a 2012 e 2016) * Refere-se ao número de casos encontrados por categoria em cada ano.

3.1. O que explica a eleição: gênero

O que a presente seção pretende demonstrar é se o gênero do candidato impacta no sucesso eleitoral. Recentemente a introdução das cotas para lançamento de candidaturas gerou alguma discussão sobre a efetividade no incremento da participação feminina. Bolognesi (2012) afirma que há um aumento da participação feminina, mas que isso não pode ser creditado, por si só, a política de cotas. Segundo ele, isso pode ser um advento de um movimento comum, de uma tendência geracional de fazer política. As cotas, como a lei aplica, são apenas para o lançamento das candidaturas, dessa maneira, há outras formas de impedir a sua participação efetiva, como, por

¹¹ Os eclesiásticos e aposentados não podem ser comparados entre os anos, pois não possuem representação em pelo menos um dos anos.

¹² O número de casos é reduzido, o que impossibilita qualquer inferência estatística. No entanto, serve como base ilustrativa da discrepância dos valores gastos em campanha, sobretudo dentro mesmo das categorias ocupacionais.

exemplo, negando ou dificultando recursos organizacionais e/ou financeiros (Álvares, 2004).

Na cidade do Rio de Janeiro, o movimento é próximo ao de outras instâncias participativas, com o incremento no lançamento de candidaturas sem que isso acarrete efeito de conquista das cadeiras legislativas. Como se nota na tabela abaixo, a participação feminina não pode ser interpretada como um ganho no tempo. As legislaturas diferem entre si, apenas mantendo a hegemonia do gênero masculino como regra.

Tabela 5 - Lançamento feminino, eleitas e % de sucesso na Câmara

Ano	Lançamento	Eleitas	% sucesso
2000	209	8	3,8%
2004	252	13	5,2%
2008	297	13	4,4%
2012	489	8	1,6%
2016	470	7	1,5%

Elaboração do autor. Fonte do Tribunal Superior Eleitoral. Dados eleitorais de 2000, 2004, 2008. 2012 e 2016

O aumento histórico do lançamento não se traduziu no aumento das eleitas. Dessa maneira, outras variáveis, além da própria candidatura, influenciam no processo eleitoral. Nessa discussão, trazemos os gastos de campanha por gênero nas eleições de 2012 e 2016. Para tal, foi realizado o teste de diferenças entre médias, a fim de entender a distância entre o financiamento e gasto entre homens e mulheres.

Em ambos os anos há diferença entre médias, por gênero, estatisticamente significativas. Em 2012 o sig é de 0,015, enquanto o de 2016 é de 0,000. As médias de gastos apresentadas na tabela 7 reafirmam que os recursos partidários e os financiadores de campanha tendem a investir nas candidaturas do gênero masculino.

Tabela 6 - Estatísticas dos grupos - Gastos por gênero, 2012

	Sexo	N	Média	Desvio Padrão	Erro do desvio padrão
Despesa de campanha	Masculino	1116	26874,5	91522,0	2739,6
	Feminino	489	14809,5	8485,0	4075,9
2016					
	Sexo	N	Média	Desvio padrão	Erro do desvio padrão
Despesa de campanha	Masculino	1078	13005,1	45636,9	1405,3
	Feminino	470	5850,6	30937,0	1442,4

Elaboração do autor com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral nos anos de 2012 e 2016.

Se os gastos de campanha forem analisados por subgrupos como mulher eleita, mulher não eleita, homem eleito e homem não eleito, a diferença entre as médias mantém-se, com significância de comparação entre os grupos, exceto entre homens não eleitos e mulheres não eleitos.

Tabela 7 - Significância da diferença entre médias

(I)	(J)	Diferença da média (I-J)	Erro médio	Sig.
Recodificação homem eleito	Recodificação homem eleito	205513,0*	6416,4	,000
mulher eleita	mulher eleita	212435,7*	6574,8	,000
Homem eleito	Homem não eleito	-335929,1*	15194,1	,000
	Mulher não eleita	6922,6*	2315,2	,015
Mulher eleita	Homem eleito	130416,0*	16393,0	,000
	Mulher não eleita	342851,8*	15261,7	,000

Elaboração do autor com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral nos anos de 2012 e 2016.

Importante saber, ao fim desse tópico, que os gastos de campanha importam decisivamente no resultado eleitoral e funcionam como marcador de diferença entre gêneros. é nesse sentido que as mulheres possuem recursos limitados para as suas candidaturas, com diferenças entre médias menores, com nível de significância, do que os homens.

3.2. O que explica a eleição: patrimônio

Dentre as variáveis utilizadas por Rodrigues (2002) para observar a representação, o patrimônio une-se a outras, como os partidos e as atividades profissionais para explicar o sucesso eleitoral. A variável “patrimônio” indicaria relações sociais específicas no sentido de facilitar a inserção no campo político institucional. Em seu estudo, observa que 27,9% dos deputados haviam patrimônios considerados baixo, com menos de 200 mil reais.

No Rio de Janeiro, observa-se que as candidaturas possuem ampla gama de patrimônios, com forte representação de indivíduos com até 20 mil reais declarados. Na

faixa, como Rodrigues (2002), de até 200 mil reais, encontramos 81,2% dos candidatos. Entre os eleitos, no entanto, esse percentual é de 33,4%. Além disso, 16,7% dos eleitos possuem patrimônio declarado acima de um milhão.

No entanto, apesar das variações percentuais, se analisadas em bloco, também através das diferenças entre médias, as variações não são estatisticamente significativas. Os valores de sig^2 para 2012 foram de 0,372 e para 2016, 0,086.

Tabela 8 - Estatísticas dos grupos - Patrimônio

ANO_ELEICAO	Situação	N ¹³	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
2012 VALOR_BEM	Eleito	46	516872,5	476877,4	70311,7
	Não eleito	747	938832,5	12758260,9	466800,3
2016 VALOR_BEM	Eleito	46	764366,4	888648,3	131024,0
	Não eleito	645	485302,9	2384211,5	93878,2

Elaboração do autor com base nas declarações entregues ao TSE nos anos de 2012 e 2016.

Nesse sentido, observa-se que a variável financeira que explica a diferença entre os eleitos e não-eleitos é o gasto em campanha. O patrimônio, assim como demonstrou Rodrigues (2002), não se forma como elemento marcador no sucesso eleitoral. Há sobre-representação de eleitos com altos valores de patrimônio, sem que isso seja estatisticamente significativo dentro das duas amostras.

4. Características gerais da vereança: ocupação, ideologia e nível educacional.

Nesta seção, pretendemos ilustrar, sem compromisso explicativo, a composição das legislaturas que se formaram a partir das eleições de 2012 e 2016. Como já demonstrado nos testes anteriores, as duas eleições possuem padrões próximos de composição, com exceção dos gastos de campanha, dada as modificações na legislação. Por essa razão, os gráficos abaixo representam o agregado das estatísticas.

Tabela 9 - Composição por ideologia

	Trabalhad or urbano	Empresári o/Comerci ante	Profissio nal liberal/i ntelectu al	Funcion ário público	Magistéri o	Aposent ado	Político	Outros	Total
Esquerda	26%	8%	19%	8%	8%	6%	2%	23%	100
Centro	22%	13%	22%	6%	5%	3%	6%	23%	100

¹³ O número de casos no teste não é do total dos eleitos e dos candidatos uma vez que alguns não declararam ou estão sob análise de contas do TSE.

Direita	25%	14%	18%	11%	5%	5%	2%	21%	100
Indefinidos	26%	15%	15%	15%	4%	4%	1%	22%	100

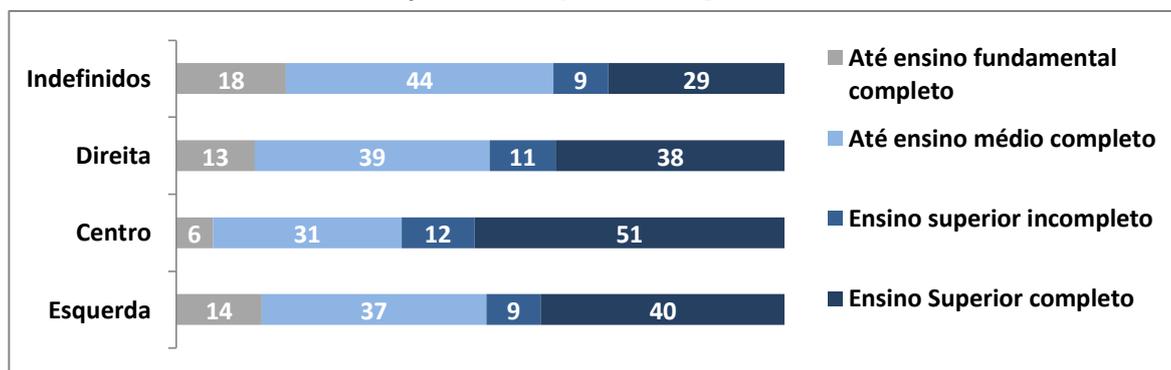
Elaboração do autor. Dados do Tribunal Superior Eleitoral nos anos de 2012 e 2016.

Na tabela 10, é demonstrada a preponderância dos trabalhadores urbanos na composição das candidaturas. O padrão delas é próximo em todas as categorias ideológicas. Os comerciantes e empresários atuam em ambos os lados do espectro, com menor penetração nos partidos de esquerda, o que era esperado pelas bandeiras históricas dos progressistas. Os profissionais liberais são bem representados, como a literatura aponta, penetrando em diversidade ideológica. Os funcionários públicos ficaram mais a direita do espectro ideológico, com força também nos partidos mais inexpressivos eleitoral e programaticamente. Chama a atenção, além disso, a baixa participação dos políticos como categoria ocupacional, se comparado a outras, com maior presença nos partidos de centro, possivelmente pelo seu caráter mais heterogêneo, característica de um partido *catch-all*.

Em relação à escolaridade, vê-se que, de maneira geral, os candidatos lançados possuem elevados níveis de educação, se comparados a média de anos de estudo da cidade do Rio de Janeiro.¹⁴ Os partidos de centro possuem o maior nível de escolaridade, enquanto seguem os de esquerda e direita, com níveis semelhantes de início, ao menos, no do ensino superior.

Os partidos indefinidos contam com a maior proporção de candidatos com níveis mais baixos de escolaridade, refletindo uma composição mais popular, como um espaço ainda em institucionalização.

Gráfico 1- Grau de instrução formal por ideologia - CANDIDATOS



Elaboração do autor a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral nos anos de 2012 e 2016.

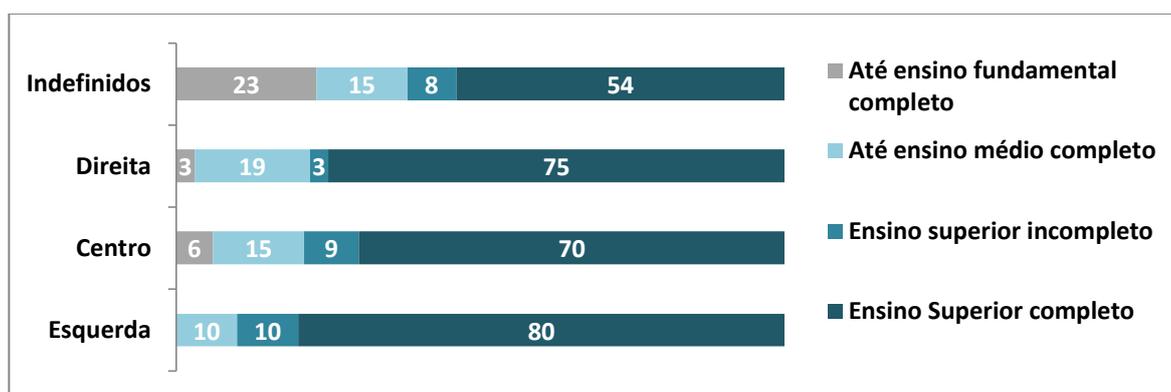
A despeito da classificação ideológica, se analisados apenas os eleitos, fica clara a predominância de representantes com nível mais elevados de ensino superior, em

¹⁴ A média do carioca, acima de 25 anos, de anos de estudo é de 8,8 anos, em 2013, segundo IBGE. Notícia divulgada em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/12/escolaridade-de-pessoas-com-mais-de-25-anos-aumentou-no-rj-diz-ibge.html>. Acessada em 20/11/2016.

todos os partidos. A competição se demonstra aberta, porém, a competitividade incide de mais extensiva aos menos privilegiados.

Rodrigues (2002) aponta que os partidos de esquerda possuem, em seus quadros, tanto uma organização mais popular ligada as frentes de luta de suas bandeiras, quanto uma representação ligada ao perfil dos formadores de opinião, os professores de ensino superior, profissionais liberais, entre outros. Nesse sentido é possível observar a formação da representação carioca, que filtra aqueles com menores capitais, em detrimento da representação deste grupo.

Gráfico 2 - Grau de instrução formal por ideologia - ELEITOS



Elaboração do autor a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral a partir dos anos 2012 e 2016.

5. Conclusão

Os resultados encontrados na análise dos dois anos de legislaturas locais no Rio de Janeiro reforçam a representação como um lócus de participação majoritariamente elitista. Embora haja avanços em termos de participação, como é visto na maior presença feminina, a democratização¹⁵ do acesso às cadeiras legislativas ainda é tímido.

Em termos ocupacionais, a profissionalização da política privilegiou os políticos profissionais, profissionais liberais e funcionários públicos. Estes estão mais próximos das atividades de estado e dos saberes especializados que a vida pública legislativa exige, como é o caso dos advogados na política.

A representação desses grupos está fortemente relacionada aos gastos de campanha que são possibilitados, tanto por recursos próprios quanto por doadores de campanha e partidos. De maneira geral, os maiores recursos financeiros estão relacionados a estas posições, que unem as posições privilegiadas na estrutura social com os recursos organizacionais e financeiros, importantes para o sucesso.

Os patrimônios dos candidatos se apresentaram como estatisticamente não significantes como marcadores de êxito no pleito. O que demonstra que o peso financeiro está nos recursos empregados propriamente na campanha e não na

¹⁵ Democratização é mobilizada no sentido de incorporação da diversidade em termos representativos.

possibilidade de transferência de capitais, simbólicos e materiais, derivados da concentração de bens.

Em conclusão, a tendência carioca é de sobre representação de grupos ocupacionais, de exclusão de grupos minoritários politicamente como as mulheres, de privilégios financeiros e organizacionais para uns em detrimento de outros. Embora as análises sejam inscritas no tempo e espaço - Rio de Janeiro, 2012 e 2016 -, o presente estudo pretende lançar luz aos modelos de representação que estão postos. É dessa maneira que abre caminho para entender as dinâmicas internas do partido na decisão sobre esses perfis, o qual utilizaria de metodologias qualitativas para complementar as análises aqui empreendidas.

6. Bibliografia

- ÁLVARES, Maria Luiza Miranda (2004). Mulheres na competição eleitoral: seleção de candidaturas e padrão de carreira política no Brasil. Rio de Janeiro. Tese. (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda (2006). "Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002". Trabalho apresentado no V Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, UFMG, Belo Horizonte.
- AMES, Barry (1995). "Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation". American Journal of Political Science, vol. 39, no 2, pp. 406-433.
- AMES, Barry (2003). Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- BOLOGNESI, Bruno (2009). Candidatos e Eleitos: o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições 2006. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná. Paraná.
- BOLOGNESI, Bruno (2012). "A cota eleitoral de gênero". v.1. Paraná Eleitoral. Paraná.
- BOLOGNESI, Bruno (2013). "A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas". Revista de Sociologia e Política, 21(46), pp.45-68.
- BOLOGNESI, Bruno (2014). "Aspectos motivacionais do recrutamento político: um estudo inicial dos candidatos a deputado federal no Brasil", Revista Paraná Eleitoral v. 3 n. 2 p. 99-124.
- BORBA, Felipe de Moraes (2005) Razões para a escolha eleitoral: a influência da campanha política na decisão do voto em Lula durante as eleições presidenciais de 2002. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IUPERJ.

- BOURDIEU, Pierre (1998). O Poder Simbólico. São Paulo: Bertrand Brasil.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa (2008). “Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo”. *Opinião Pública*, 14(2), pp.454-485.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa e VEIGA, Luciana (2009). “Recrutamento e Perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 4 n.70.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana e MIRÍADE, Angel (2009). “Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 24, n. 70. p. 123-142.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa (2012). “Democracia e Organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels” *Revista Sociologia e Política*, vol.20, n44, p.83-95.
- CARREIRÃO, Yan (2002). “Identificação ideológica e voto para presidente”. *Opinião Pública*, v. 8, n. 1, p. 54-79.
- CERVI, Emerson (2012). “Voto, dinheiro e diferenças regionais nas eleições brasileiras: recursos financeiros e políticos para candidatos a deputado federal em 2010”. Trabalho apresentado no 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.
- CERVI, Emerson; COSTA, Luiz Domingo; CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato (2015). “Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010”. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 30, Número 1.
- COSTA, Luiz Domingos; BOLOGNESI, Bruno e CODATO, Adriano (2015). Onde estão os trabalhadores nas listas de candidatos dos partidos brasileiros? Newsletter - Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. v. 2, n.2.
- CZUDNOWSKI, Morshe (1975). Political Recruitment, In GREENSTEIN F. I. & POLSBY N. W. (org.). *Handbook of Political Science: Micropolitical Theory*. vol. 2 Reading, MA: Addison-Wesley.
- DUVERGER, Maurice (1967). *Os Partidos Políticos*. 6. ed., Rio de Janeiro: Zahar editores.
- FIGUEIREDO, Argelina.; LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- GUARNIERI, Fernando (2009). *A força dos partidos fracos - um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- KATZ, Richard. e MAIR, Peter (1997). *Party Organizations, Party Democracy, and emergence of the Cartel Party*. In MAIR, P. *Party system change. Approaches and interpretations*. Oxford University Press.
- KINZO, Maria Dalva Gil (1988). *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: IDESP; Vértice.

- LAMOUNIER, Bolívar (1996). "A democracia brasileira no limiar do século 21". Série Pesquisas, nº1. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung.
- MAINWARING, Scott (1991). "Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais". *Novos Estudos Cebrap* (29).
- MARENCO DOS SANTOS, André e SERNA, Miguel (2007). "Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p. 93-113.
- MARTINS JR, José Paulo; OLIVEIRA, Hellen Cristina Silva de; GUEDON, Philippe Chaves; LOUREIRO, Louise Duarte (2016). "A crise e o golpe". *Revista Ponto e Vírgula*, n.19. São Paulo/SP.
- MARTINS JR., José Paulo (2009). "Modelo sociológico de decisão de voto presidencial no Brasil - 1994-2006". *Revista Debates (UFRGS)*, vol. 3, p. 68-96.
- MENEGUELLO, Rachel (1994). *Partidos e Tendências de Comportamento: o Cenário Político em 1994*. In: DAGNINO, Evelina (org.), *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo. Brasiliense.
- MICHELS, Robert (1949). *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. New York: Free.
- NICOLAU, Jairo (1995). *O sistema partidário brasileiro (1985-1994): um estudo sobre as razões da fragmentação*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IUPERJ.
- NORRIS, Pippa (2005). *Recruitment, Handbook of Party Politics*. (org.) KATZ, Richard e CROTTY, Willian. Londres, Sage, pp.89-108.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci de (2011). *Justiça, profissionalismo e política: o STF e o controle de constitucionalidade das leis no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- PANEBIANCO, Angelo (2005). *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- PEREIRA, Carlos e RENNÓ, Lucio (2001). "O Que é Que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados". *DADOS*, vol. 44, no 2, pp. 323-362.
- PREWITT, Kenneth (1970). *The Recruitment of Political Leaders: A Study of Citizen-Politicians*. Indianapolis/New York: The Bobbs-Merril Company.
- RÉMOND, René (2003). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (2002). *Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias da Câmara dos Deputados*. São Paulo, Edusp.
- SANTOS, André Marenco dos (1997). "Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, p. 87-101.

- SANTOS, André Marengo dos (1997). Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998). Tese de Doutorado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SANTOS, Fabiano (1999). “Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil”. DADOS - Revista de Ciências Sociais, 42, 1: 111-138.
- SILVA, Bruno Fernando da; SILVA, Bruna Tays (2015). “Perfil social e ideologia partidária: uma análise do recrutamento dos candidatos a vereador em Curitiba (2012)”. Revista Mediações, v. 20 v. 2, p.340-365.
- TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael (2011). “Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual”. Revista Pós Ciências Sociais. v. 8 n. 15 São Luis/MA.
- WEBER, Max (1999). Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. DF: Editora Universidade de Brasília.



Recebido em junho de 2017

Aceito para publicação em agosto de 2017